

PROVISÓRIO

*Sumário**

<i>Prefácio da 40ª Edição (ARNOLDO WALD)</i>	9
<i>Ao Leitor</i>	15

PRIMEIRA PARTE

MANDADO DE SEGURANÇA

1. Conceito e legitimidade	29
2. Natureza processual	34
3. Ato de autoridade	35
4. Direito individual e coletivo, líquido e certo	39
5. Objeto	42
6. Cabimento	48
<i>Ato de que caiba recurso administrativo</i>	48
<i>Ato judicial</i>	49
<i>Ato disciplinar</i>	60
<i>Ato de dirigente de estabelecimento particular</i>	60
<i>O mandado de segurança e a arbitragem</i>	62
7. Prazo para impetração	70
8. Partes	75
<i>Impetrante</i>	76
<i>Impetrado</i>	77
<i>Ministério Público</i>	85
<i>Terceiro prejudicado</i>	87
9. Litisconsórcio, assistência e “amicus curiae”	88
10. Competência	94
<i>Varas privativas</i>	100
11. Petição inicial e notificação	101
12. Liminar	105
<i>Liminar como medida garantidora do direito</i>	105
<i>Caução</i>	107

* V. o Índice Alfabético-Remissivo no final desta obra.

<i>Vigência da liminar</i>	113
13. Suspensão da liminar ou da sentença	119
<i>Suspensão de liminar</i>	124
14. Informações	127
15. Sentença	129
16. Execução	133
17. Recursos	138
18. Coisa julgada	146
19. Mandado de segurança coletivo	148
20. Compensação tributária	159
21. Questões processuais	163
<i>Tramitação nas férias forenses</i>	163
<i>Julgamento no Tribunal</i>	164
<i>Alteração do pedido</i>	164
<i>Alteração dos fundamentos</i>	165
<i>Arguições incidentes</i>	165
<i>Desistência da impetração</i>	166
<i>Prevenção de competência e litisconsórcio unitário</i>	168
<i>Atendimento do pedido antes da sentença</i>	168
<i>Valor da causa</i>	169
22. A evolução da legislação referente ao mandado de segurança e a Lei 12.016, de 7.8.2009	170
<i>A evolução constitucional</i>	170
<i>A evolução legislativa até 2009</i>	171
<i>A Lei 12.016/2009</i>	173
<i>A arguição de inconstitucionalidade</i>	191
<i>Conclusões</i>	195
23. O Código de Processo Civil de 2015 e o mandado de segurança ...	196
<i>Processo eletrônico</i>	198
<i>Prazos</i>	198
<i>Tutela antecipada de urgência e de evidência</i>	199
<i>Descabimento da remessa necessária no caso do art. 496, § 4º</i>	199

SEGUNDA PARTE

AÇÃO POPULAR

1. Conceito	201
2. Requisitos da ação	204
3. Fins da ação	209
4. Objeto da ação	212
5. Partes	215
6. Competência	220

7. Processo e liminar	223
<i>Processo</i>	223
<i>Liminar</i>	224
8. Sentença.....	229
9. Recursos.....	232
10. Coisa julgada	234
11. Execução.....	237

TERCEIRA PARTE

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1. Conceito e objeto.....	239
2. Legitimação das partes e os poderes do Ministério Público	252
3. Foro e processo	267
4. Responsabilidade do réu.....	275
5. A ação civil pública no mercado de capitais.....	286
6. A ação civil pública e a defesa do consumidor.....	289
7. A ação civil pública no Estatuto da Criança e do Adolescente	295
8. A ação civil pública e as infrações da ordem econômica.....	297
9. A evolução da ação civil pública. Usos e abusos	299
<i>Da importância das características do instituto</i>	299
<i>Da patologia das ações públicas.....</i>	306
<i>Conclusões.....</i>	323

QUARTA PARTE

A AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

1. Conceito e objeto.....	325
2. A ação de improbidade administrativa e a ação civil pública.....	327
3. A competência para julgamento da ação de improbidade administrativa	333
4. As partes e o regime de responsabilidade na ação de improbidade administrativa	345
5. Outras questões processuais.....	354
6. Considerações finais.....	363

QUINTA PARTE

MANDADO DE INJUNÇÃO

1. O mandado de injunção e a Lei 13.300/2016	368
2. Conceito e objeto.....	374
3. Competência, legitimidade e procedimento	379

4. Julgamento	385
5. Recursos	393
6. Execução	395

SEXTA PARTE

“HABEAS DATA”

1. Conceito e objeto.....	396
2. Competência	402
3. Legitimação e procedimento	403
4. Julgamento e execução	405
5. O “habeas data” na Lei 9.507/1997.....	407
<i>O acesso extrajudicial às informações.....</i>	<i>407</i>
<i>O cabimento do “habeas data”</i>	<i>410</i>
<i>A ação judicial.....</i>	<i>412</i>
<i>Questões processuais.....</i>	<i>418</i>
<i>Prova pré-constituída</i>	<i>418</i>
<i>Limites do procedimento</i>	<i>418</i>
<i>Aplicação analógica do Código de Processo Civil.....</i>	<i>419</i>
<i>Recursos e liminar.....</i>	<i>419</i>
<i>Honorários de advogado.....</i>	<i>421</i>
<i>Litisconsórcio e assistência</i>	<i>421</i>
<i>Valor da causa e competência</i>	<i>421</i>
<i>Desistência e perda de objeto.....</i>	<i>422</i>
<i>Prazo para impetração.....</i>	<i>423</i>
<i>Prevenção</i>	<i>423</i>
<i>Coisa julgada</i>	<i>423</i>

SÉTIMA PARTE

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE, AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

I – FORMAÇÃO DO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS NO BRASIL

1. Antecedentes	426
2. A Constituição de 1988	429
3. A Lei 9.868, de 10.11.1999 (alterada pela Lei 12.063, de 27.10.2009), e a Lei 9.882, de 3.12.1999	435

II – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

1. Introdução.....	436
---------------------------	------------

2. Legitimidade	437
<i>Presidente da República</i>	<i>438</i>
<i>Mesas do Senado e da Câmara</i>	<i>442</i>
<i>Governador de Estado/Assembleia Legislativa e relação de perti-</i>	
<i>nência</i>	<i>442</i>
<i>Procurador-Geral da República</i>	<i>443</i>
<i>Conselho Federal da OAB</i>	<i>444</i>
<i>Partidos políticos</i>	<i>444</i>
<i>O direito de propositura das confederações sindicais e das enti-</i>	
<i>dades de classe de âmbito nacional</i>	<i>446</i>
3. Pressupostos de admissibilidade e objeto	453
<i>Leis e atos normativos federais</i>	<i>456</i>
<i>Leis e atos normativos estaduais</i>	<i>464</i>
<i>Leis e atos normativos distritais</i>	<i>464</i>
<i>Atos legislativos de efeito concreto</i>	<i>465</i>
<i>Direito pré-constitucional</i>	<i>470</i>
<i>Incorporação de norma pré-constitucional a diploma pós-consti-</i>	
<i>tucional</i>	<i>476</i>
<i>Possibilidade de assentar a revogação em sede de ação direta de</i>	
<i>inconstitucionalidade</i>	<i>476</i>
<i>Emenda constitucional e alteração do parâmetro de controle no</i>	
<i>curso da ação direta de inconstitucionalidade</i>	<i>477</i>
<i>A influência da medida cautelar no controle de constitucionalida-</i>	
<i>de e “modulação temporal dos efeitos da declaração de consti-</i>	
<i>tucionalidade”</i>	<i>478</i>
<i>Proposições legislativas</i>	<i>481</i>
<i>Ato normativo revogado</i>	<i>482</i>
<i>A problemática dos tratados</i>	<i>484</i>
<i>Lei estadual e concorrência de parâmetros de controle</i>	<i>486</i>
4. Parâmetro de controle	488
<i>Constituição</i>	<i>489</i>
<i>Direito federal</i>	<i>491</i>
5. Procedimento	494
<i>Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação</i>	<i>495</i>
<i>Modificação da petição inicial</i>	<i>497</i>
<i>Cadeia normativa da norma impugnada</i>	<i>497</i>
<i>Intervenção de terceiros e “amicus curiae”</i>	<i>500</i>
<i>Informações das autoridades das quais emanou o ato normativo e</i>	
<i>manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-</i>	
<i>-Geral da República</i>	<i>502</i>
<i>Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade</i>	<i>503</i>

6. Medida cautelar	512
7. Decisão	515
III – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	
1. Introdução	516
<i>A Lei 9.868, de 10.11.1999</i>	522
2. Legitimidade	522
<i>Demonstração da existência de controvérsia judicial na ação declaratória de constitucionalidade</i>	522
3. Pressupostos de admissibilidade e objeto	528
<i>Leis e atos normativos federais</i>	528
4. Parâmetro de controle	528
5. Procedimento	529
<i>Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação</i>	529
<i>Intervenção de terceiros e “amicus curiae”</i>	531
<i>Procedimento</i>	533
<i>Apuração de questões fáticas no controle de constitucionalidade</i> ..	533
6. Medida cautelar	534
7. Decisão	535
IV – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	
1. Introdução	535
2. Legitimidade	539
<i>Considerações preliminares</i>	539
<i>Legitimação para agir</i>	540
3. Pressupostos de admissibilidade e objeto	542
<i>Considerações preliminares</i>	542
<i>Omissão legislativa. Considerações preliminares</i>	543
<i>“Inertia deliberandi”</i>	544
<i>A omissão parcial</i>	547
<i>Casos relevantes de omissão legislativa na jurisprudência do STF</i>	551
<i>Omissão de providência de índole administrativa. Exercício de poder regulamentar</i>	555
<i>Omissão de medidas ou atos administrativos</i>	556
4. Procedimento	558
<i>Cautelar</i>	561
<i>Procedimento da cautelar na ação direta de inconstitucionalidade por omissão</i>	564
5. Decisão	565
<i>Considerações preliminares</i>	565

<i>Procedimento de tomada da decisão.....</i>	569
<i>Suspensão de aplicação da norma eivada de inconstitucionalidade por omissão parcial e/ou aplicação excepcional</i>	570
<i>Suspensão dos processos</i>	574
 V – AS DECISÕES DO STF NO CONTROLE ABSTRATO DE NORMAS E OS EFEITOS DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE	
<i>Procedimento de tomada de decisões.....</i>	575
<i>Declaração de nulidade</i>	576
<i>Extensão da declaração de inconstitucionalidade.....</i>	577
<i>A interpretação conforme a Constituição</i>	582
<i>Admissibilidade e limites da interpretação conforme a Constituição.....</i>	584
<i>Decisões manipulativas de efeitos aditivos</i>	590
<i>A declaração de constitucionalidade das leis</i>	594
<i>A declaração de constitucionalidade e a “lei ainda constitucional”</i>	595
<i>Declaração de inconstitucionalidade com efeitos “ex tunc” e declaração de inconstitucionalidade com efeitos “ex nunc”</i>	596
<i>As decisões proferidas na ação direta de inconstitucionalidade por omissão e sua eficácia mandamental</i>	602
<i>A limitação de efeitos e o art. 27 da Lei 9.868/1999.....</i>	604
<i>A aplicação do art. 27 da Lei 9.868/1999 na jurisprudência do STF</i>	607
 VI – SEGURANÇA E ESTABILIDADE DAS DECISÕES EM CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	
<i>Eficácia “erga omnes” e a declaração de constitucionalidade.....</i>	611
<i>Limites objetivos da eficácia “erga omnes”: a declaração de constitucionalidade da norma e a reapreciação da questão pelo STF</i>	614
<i>Eficácia “erga omnes” na declaração de inconstitucionalidade proferida em ação declaratória de constitucionalidade ou em ação direta de inconstitucionalidade</i>	617
<i>A eficácia “erga omnes” da declaração de nulidade e os atos singulares praticados com base no ato normativo declarado inconstitucional</i>	617
<i>A eficácia “erga omnes” da declaração de inconstitucionalidade e a superveniência de lei de teor idêntico.....</i>	619
<i>Conceito de “efeito vinculante”</i>	621
<i>Limites objetivos do efeito vinculante</i>	623

<i>Limites subjetivos do efeito vinculante</i>	628
<i>Efeito vinculante de decisão proferida em ação direta de inconstitucionalidade</i>	630
<i>Efeito vinculante da cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.....</i>	632
<i>Efeito vinculante da decisão concessiva de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade.....</i>	633
<i>Efeito vinculante de decisão indeferitória de cautelar em ação direta de inconstitucionalidade.....</i>	637

OITAVA PARTE

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

1. Introdução. Origens da lei sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	642
<i>A controvérsia sobre a constitucionalidade da Lei 9.882/1999</i>	645
<i>Incidente de inconstitucionalidade e arguição de descumprimento</i>	646
<i>Características processuais.....</i>	651
<i>A arguição de descumprimento de preceito fundamental na jurisprudência do STF.....</i>	652
2. Legitimidade para arguir o descumprimento de preceito fundamental.....	660
<i>Considerações preliminares</i>	660
<i>Legitimação ativa</i>	663
<i>Controvérsia judicial ou jurídica nas ações de caráter incidental...</i>	663
<i>Inexistência de outro meio eficaz: princípio da subsidiariedade...</i>	665
3. Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	676
<i>Considerações preliminares</i>	676
<i>Direito pré-constitucional</i>	677
<i>Lei pré-constitucional e alteração de regra constitucional de competência legislativa.....</i>	686
<i>O controle direto de constitucionalidade do direito municipal em face da Constituição Federal.....</i>	688
<i>Pedido de declaração de constitucionalidade (ação declaratória) do direito estadual e do municipal e arguição de descumprimento.....</i>	690
<i>Arguição de descumprimento de preceito fundamental no âmbito estadual</i>	690

<i>A lesão a preceito decorrente de mera interpretação judicial</i>	691
<i>Contrariedade à Constituição decorrente de decisão judicial sem base legal (ou fundada em falsa base legal).....</i>	695
<i>Omissão legislativa no processo de controle abstrato de normas e na arguição de descumprimento de preceito fundamental</i>	698
<i>O controle do ato regulamentar</i>	700
<i>Norma revogada</i>	700
<i>Veto do Chefe do Poder Executivo</i>	700
<i>Proposta de emenda à Constituição</i>	703
<i>Tratado internacional antes da aprovação pelo Congresso Nacional ou antes de sua integração definitiva à ordem interna.....</i>	705
<i>Atos concretos ou omissões</i>	707
4. Parâmetro de controle	708
<i>Considerações preliminares</i>	708
<i>Preceito fundamental e princípio da legalidade: a lesão a preceito fundamental decorrente de ato regulamentar</i>	712
5. Procedimento	715
<i>Requisitos da petição inicial e admissibilidade da ação</i>	715
<i>Informações e manifestações do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República</i>	717
<i>Intervenção de terceiros e amicus curiae.....</i>	717
<i>Apuração de questões fáticas e densificação de informações na ação de descumprimento de preceito fundamental</i>	719
<i>Celebração de acordo em ADPF.....</i>	719
6. Medida cautelar	723
7. As decisões do STF na arguição de descumprimento	724
<i>Procedimento de tomada de decisões.....</i>	724
<i>Técnicas de decisão, efeitos da declaração de ilegitimidade, segurança e estabilidade das decisões.....</i>	725

NONA PARTE

O CONTROLE INCIDENTAL OU CONCRETO DE NORMAS NO DIREITO BRASILEIRO

1. Introdução.....	727
2. Pressupostos de admissibilidade do controle concreto.....	735
<i>Requisitos subjetivos</i>	735
<i>Requisitos objetivos.....</i>	736
<i>Participação de “amicus curiae”, do Ministério Público e de outros interessados no incidente de inconstitucionalidade perante os Tribunais.....</i>	747
<i>Controle incidental de normas e parâmetro de controle.....</i>	750

<i>Controle de legitimidade do direito pré-constitucional: recepção ou revogação</i>	751
3. O controle incidental de normas no STF	752
<i>Considerações preliminares</i>	752
<i>Possibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade pelo STF sem que se verifique a relevância da aplicação da lei ao caso concreto</i>	753
<i>“Causa petendi” aberta do recurso extraordinário.....</i>	755
<i>Os meios de acesso ao controle incidental no âmbito do STF.....</i>	755
<i>Aspectos relevantes do recurso extraordinário</i>	758
<i>Cabimento</i>	762
<i>Tempestividade</i>	769
<i>Procedimento.....</i>	770
<i>Interposição simultânea de recurso extraordinário e recurso especial.....</i>	772
<i>O recurso extraordinário contra decisão de Juizados Especiais Federais e contra decisão dos Tribunais de Justiça nos casos repetitivos</i>	773
<i>Repercussão geral e controle de legitimidade da decisão judicial em sede de recurso extraordinário.....</i>	778
<i>Controle preventivo de projeto de emenda constitucional em mandado de segurança</i>	788
<i>O papel do Senado Federal.....</i>	789
<i>A suspensão pelo Senado Federal da execução de lei declarada inconstitucional pelo STF na Constituição de 1988</i>	799
<i>Repercussão da declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF sobre as decisões de outros Tribunais</i>	802
<i>A suspensão de execução da lei pelo Senado e mutação constitucional.....</i>	803
4. Notas peculiares sobre o controle incidental na Constituição de 1988	818
<i>Considerações preliminares</i>	818
<i>A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade.....</i>	818
<i>O controle incidental e a aplicação do art. 27 da Lei 9.868/1999 ...</i>	826
<i>À guisa de conclusão</i>	832

DÉCIMA PARTE

A REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA

1. Introdução.....	834
2. Pressupostos de admissibilidade da representação interventiva	838

<i>Considerações preliminares</i>	838
<i>Legitimação ativa “ad causam”</i>	839
<i>Objeto da controvérsia</i>	841
<i>Representação interventiva e atos concretos</i>	843
<i>Representação interventiva e recusa à execução de lei federal</i>	845
3. Parâmetro de controle	846
4. Procedimento	853
<i>Considerações gerais</i>	853
<i>Procedimento da representação interventiva – Antecedentes</i>	854
<i>Cautelar na representação interventiva</i>	857
5. Decisão	858
6. À guisa de conclusão	863

DÉCIMA PRIMEIRA PARTE

A RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL NO STF

1. Considerações preliminares	866
2. Objeto da reclamação	871
<i>A reclamação para preservar a competência do STF</i>	871
<i>A reclamação para assegurar a autoridade das decisões do STF</i>	
<i>Considerações gerais</i>	881
<i>A reclamação para assegurar o cumprimento de decisão de mérito em ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade</i>	882
<i>Cabimento da reclamação para preservar a autoridade de decisão do STF em cautelar concedida em ação declaratória de constitucionalidade e em ação direta de inconstitucionalidade</i>	889
<i>Cabimento da reclamação para preservar a autoridade de decisão do STF proferida em recurso extraordinário com repercussão geral</i>	893
3. Decisão em arguição de descumprimento de preceito fundamental e reclamação	896
4. Decisão em mandado de injunção e reclamação constitucional ...	899
5. Súmula vinculante e reclamação constitucional	901
6. Reclamação e suspensão da execução de lei pelo Senado	902
<i>Reclamação, controle de constitucionalidade e possibilidade de revisão de jurisprudência</i>	909
7. Procedimento	918
<i>Linhas gerais</i>	918
8. Conclusão	921

*DÉCIMA SEGUNDA PARTE****O CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE
DO DIREITO ESTADUAL E DO DIREITO MUNICIPAL***

1. Considerações preliminares	922
2. Controle do direito estadual e do municipal na Constituição de 1988 e a coexistência de jurisdições constitucionais estaduais e federal	924
3. Concorrência de parâmetros de controle.....	932
4. Parâmetro de controle estadual e questão constitucional federal.....	935
<i>Considerações preliminares</i>	<i>935</i>
<i>Recurso extraordinário e norma de reprodução obrigatória</i>	<i>936</i>
5. Ação declaratória de constitucionalidade no âmbito estadual	939
6. A arguição de descumprimento de preceito fundamental e o controle de atos municipais em face da Constituição Federal	941
7. O controle da omissão legislativa no plano estadual ou distrital	941
8. O controle de constitucionalidade no âmbito do Distrito Federal.....	944
<i>Considerações preliminares</i>	<i>944</i>
<i>A possibilidade de instituição de ação direta no âmbito do Distrito Federal</i>	<i>947</i>
9. Reclamação no âmbito estadual	950
10. Eficácia “erga omnes” das decisões proferidas em sede de controle abstrato no âmbito estadual	952
<i>Posfácio (DIAS TOFFOLI)</i>	<i>959</i>
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	<i>963</i>